

# O DISCURSO DA IMPARCIALIDADE EM CÓDIGOS DE ÉTICA DO ARQUIVISTA

**Andrieli Pachú da Silva**

Doutoranda em Ciência da Informação para Universidade Estadual Paulista – UNESP. Bolsista Capes.  
e-mail: andrielipachu@marilia.unesp.br

**Thiago Henrique Bragato Barros**

Professor Adjunto da Faculdade de Arquivologia da Universidade Federal do Pará - UFPA  
e-mail: thiagobarros@ufpa.br

**João Batista Ernesto de Moraes**

Professor Adjunto do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista - UNESP  
e-mail: jota@marilia.unesp.br

**Resumo:** A discussão da ética e dos valores que são tratados nos códigos de ética do arquivista ainda carecem de estudos aprofundados. Nesse sentido, buscou-se compreender o discurso da imparcialidade, entendida aqui como um valor que é propagado nos códigos de ética da profissão. Assim, foi realizada uma análise do discurso em documentos provenientes da Austrália, Brasil, Canadá, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Nova Zelândia, Portugal, Reino Unido e Suíça. A imparcialidade nos documentos analisados, algumas vezes se apresenta de forma explícita e outras vezes implícita, no entanto as duas demonstram que tal valor perpassa pelo arquivista, sua relação com o usuário e demais pessoas ligadas à sua atuação profissional, bem como na seleção e no tratamento documental, no entanto o conceito de imparcialidade adotado pelos arquivistas precisa ser melhor explicado nos documentos.

**Palavras-chave:** Arquivística. Códigos de ética. Filosofia - Imparcialidade.



## 1 INTRODUÇÃO

A discussão da ética no âmbito da Arquivística, tanto no cenário internacional como nacional, se apresenta como um vasto campo a ser explorado nas academias e por associações profissionais.

As questões que envolvem essa temática perpassam por discussões relacionadas aos dilemas éticos enfrentados pelo arquivista e nas relações que mantém com seus empregadores, usuários e seus pares, bem como nas realizações das atividades desenvolvidas durante o tratamento da informação.

Assim, a Ética se configura como uma análise da conduta humana que subsidia a busca por uma melhor convivência social, considerando os valores atribuídos para as ações realizadas dentro de cada tempo, cultura e grupo.

Nesse sentido, ao pensar a Ética voltada a determinados grupos, pode-se analisar a dimensão profissional. Essa dimensão pressupõe uma determinada categoria, que promove conhecimento específico e realiza tarefas específicas na sociedade a qual está inserida (SÁ, 2000).

Essas profissões, como a do arquivista, expressam valores que norteiam o exercício profissional e visam à coesão desse coletivo, pois as pessoas que compõem esses grupos podem valorar as ações de formas diferentes, dada a construção ideológica de cada um.

Assim, as classes profissionais expressam seus valores para buscar uma homogeneidade mínima de agir, embora o ambiente seja permeado pela diversidade pessoal. Nessa tentativa, os valores são expressos por códigos de ética.

Como destaca Sá (2000), todo código de ética pressupõe uma base filosófica a partir da qual serão compreendidos e elegidos os valores da profissão. Tais códigos, por sua vez, são produtos de um “contrato social” da categoria, que acorda sobre aquilo que considera praticável, relevante e abrangente, destacando que tais aspectos variam no tempo e no espaço, razão pela qual os códigos precisam ser revistos, pois as profissões (e os valores a elas inerentes) estão sujeitas à dinâmica social, com as mudanças políticas, econômicas e tecnológicas.

Ao retomar pesquisas anteriores sobre códigos de ética para o arquivista, no que tange as atividades de organização e representação da informação (REGO et al. 2014; SILVA, GUIMARÃES, TOGNOLI, 2015; SILVA, 2016; SILVA, TOGNOLI, GUIMARÃES, 2017), observa-se que dentre os valores expressos, o da imparcialidade se faz presente.

Tal valor tem sido discutido por pesquisadores na área da Ciência da Informação, no que tange a questões voltadas à organização e representação da informação, tratando sobre o poder que é atribuído pela sociedade ao profissional que classifica e descreve a informação, bem como os valores inerentes a eles ao realizar tais atividades. (OLSON, 2002; PINHO, 2006; 2010; MILANI, 2010, 2014).

Nesse sentido, por meio da Análise do Discurso (GREGOLIN, 1995; 2006; ORLANDI, 2007), buscou-se compreender como o valor da imparcialidade vem se movimentando nos códigos de ética do arquivista, qual seu percurso e o que está por trás desse valor, pois é por meio dos textos, nesse caso dos códigos de ética, que as formações discursivas se propagam.

Para tanto, foram analisados os códigos de ética e deontologia provenientes de associações profissionais da Austrália, Brasil, Canadá, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Nova Zelândia, Portugal, Reino Unido e Suíça.

Desse modo, a análise proposta engloba o conceito de imparcialidade, bem como as associações profissionais, teoria arquivística e os códigos, pelos quais o discurso é reproduzido.

## **2 ANÁLISE DO DISCURSO, ÉTICA E IMPARCIALIDADE**

Análise do Discurso – AD, já utilizada em outras áreas de conhecimento, como a linguística e a sociologia, vem ganhando espaço metodológico na Ciência da Informação e na Arquivística, no que tange às produções de cunho textual.

Quanto ao seu histórico, as primeiras percepções sobre a AD constituem-se entre 1968-1975, sendo marcado pela obra de Althusser (GREGOLIN, 1995, 2006).

O segundo momento, entre 1975-1980, é marcado pelas discussões tratadas por Pêcheux e Foucault, ambos trazem consigo influências de Althusser. (GREGOLIN, 2006; INDURSKY, 2007.)

Já o terceiro momento, se dá a partir da década de 1980, com a divisão de pesquisas com diferentes enfoques e uma aproximação da semiologia de Bakhtin e sua heterogeneidade discursiva, bem como a análise arqueológica de Foucault (GREGOLIN, 2006; BARROS, 2014).

Assim, a Psicanálise, Linguística e o Marxismo, influenciaram os estudos e o desenvolvimento da AD, em que a primeira fornece subsídios para interpretações do subconsciente, a segunda com a linguística estrutural e a última com a estrutura econômica.

No entanto, o que é o discurso? Para Gregolin (1995) o discurso é “o lugar onde se manifesta o sujeito da enunciação e onde se pode recuperar as relações entre o texto e o contexto sócio histórico que o produziu”. A autora compreende o discurso como um suporte abstrato, mas que são manifestados em textos concretos. Assim, a análise vai além do que o texto diz e de como ele diz, para o “por que este texto diz o que ele diz?” Analisando e estabelecendo então a relação entre a língua e a ideologia, em que a primeira é determinada pela segunda.

A compreensão de Gregolin (1995), em que a linguagem empregada é determinada pela ideologia que parte dos estudos de Pêcheux (1990) sobre a ‘formação ideológica’ ou ‘condições de produção do discurso’. Nesse sentido, as formações ideológicas correspondem a uma formação discursiva, relacionadas ao tempo e ao espaço.

Assim, para Gregolin (1995, p. 20) valer-se da AD “significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu”, pois, o discurso é um objeto linguístico e histórico, para compreendê-lo é necessário analisar simultaneamente esses dois aspectos.

Destaca-se ainda que a AD, foca a relação entre língua – discurso – ideologia, sendo que o discurso é promovido pelo sujeito, e o sujeito é imbuído de ideologia, observa-se que o discurso não é apenas uma transmissão de informação, mas mantém relação com os sujeitos, sentidos e a história.

Nesse sentido, por exemplo, ao buscar entender o que é a Ética, encontra-se sua definição a partir de uma ciência desenvolvida no raciocínio prático, que versa sobre a conduta humana. (BLACKBURN, 1997; JAPIASSÚ, MARCONDES, 2008).

No entanto pela AD, indaga-se que por trás dessa compreensão existe uma ideologia, pois como demonstra Marchionni (2008), ainda hoje há grupos que pensam a Ética sob a perspectiva cósmica e religiosa.

Assim, a compreensão da Ética como a conhecemos hoje, de um raciocínio prático, traz aquilo que Pêcheux aponta como apagamento ideológico. (ORLANDI, 2007).

Por exemplo, a discussão sobre a Ética religiosa e cósmico-espiritualistas passaram a ser omitidas nos livros entre 1700 - 1800. Nesse período o Iluminismo, pensamento que surge no

continente Europeu, rompe com a ideologia religiosa dominante, compreendida como superstição, assim, a razão aliada ao método científico, também afetaria a compreensão da Ética.

Nesse sentido, Marchionni (2008) compreende que a distinção realizada pelo Iluminismo sobre o que seja Ética é de base ideológica, sendo “instrumentalizada pela ideia materialista de mundo contra a ideia religiosa de mundo” e ainda que “a crença materialista-racionalista na Matéria como a única coisa existente não é universal” (MARCHIONNI, 2008, p.10).

A ideia do sujeito imparcial não se faz presente em nosso cotidiano por obra do acaso, como as palavras utilizadas nesse trabalho ou em nosso cotidiano estão em sua maioria cheia de sentidos que fazem significado para nós, no entanto, não sabemos como esses significados foram concebidos.

Assim, a afirmativa sobre a inexistência do acaso sobre o sujeito imparcial se baseia na AD, pois a mesma procura refletir em “como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia está manifesta na língua”. (ORLANDI, 2007, p.16)

Sob essa perspectiva, a imparcialidade é concebida, como a conhecemos hoje, pela ótica racionalista.

Ogien (2007), explica que a imparcialidade, na filosofia moral, remete a duas ideias diferentes, sendo uma “espécie de perspectiva ou de ponto de vista a que temos acesso quando nos separamos de nossos interesses, envolvimento, sentimentos, relações pessoais. Esse ponto de vista é dito “neutro”, “objetivo”, “universal” ou de “nenhuma parte”, de acordo com as teorias”. Enquanto a outra ideia parte de que a imparcialidade é “um princípio moral substancial que diz que é preciso dar uma igual consideração aos interesses, às preferências ou à dignidade de cada um, de acordo com as teorias” (OGIEN, 2007, p.789).

A ideia da imparcialidade está ligada à teoria do sentimento moral, bem como na racionalista moral. A primeira apresenta o “espectador imparcial” como um sujeito ideal, em que o mesmo ao colocar seus sentimentos “numa perspectiva imparcial, teremos atitudes imparciais, isto é, um sentimento de benevolência universal e estável, e não parcial e variável”. Enquanto a segunda, propõe alguns métodos como o de reversibilidade ou regra de ouro, universalidade, véu da ignorância para se alcançar o ponto de vista imparcial. (OGIEN, 2007, p.789.)

Esses métodos são colocados em dúvida a partir do momento em que o sujeito adota princípios egoístas quando assume o método da reversibilidade ou o da universalidade.

Blackburn (1997) ao trazer uma definição para a imparcialidade aponta que a mesma se constitui como uma virtude fundamental, e está associada à justiça e equidade. Assim, “uma distribuição dos benefícios e das obrigações é feita imparcialmente sem nenhuma consideração a influência exceto as que determinam o que é devido a cada indivíduo”, e ainda alerta sobre as perspectivas que ao serem diferentes “quanto ao merecimento farão avaliação de maneira diferente”. Dessa forma, existe uma dificuldade quanto a aplicação desse conceito, pois “na vida real as

exigências das pessoas com quem se está intimamente relacionado, como os amigos e a família, contrariam a imparcialidade estrita, fazendo com que esta pareça mais uma parte da moral pública do que da virtude privada.” (BLACKBURN, 1997, p.198).

Em contraponto a essa questão de interesses pessoais e a imparcialidade, Ogien (2007), apresenta a ideia de La Folette, de que só podemos adotar o ponto de vista de um estranho quando conseguimos adotar o ponto de vista de alguém familiar. Assim, “a adoção de um ponto de vista imparcial não é se não a generalização a estranhos de atitudes cuja experiência tivemos nas relações com nossos familiares” e que as “relações pessoais afetuosas só podem prosperar num contexto em que certos valores ligados à moral imparcial são respeitados” (OGIEN, 2007, p.792).

A imparcialidade no imaginário social assume a ideia do sujeito que consegue deixar seus interesses pessoais de lado pelo bem de todos e agir de forma justa.

Nesse mesmo imaginário social, algumas profissões como as de juiz, árbitro e político, sempre evocam uma atitude imparcial, quando a atitude não-imparcial acontece, logo é percebida pela população.

Assim, no contexto brasileiro, pode ser observado nos dicionários de língua portuguesa que imparcial é o “que não é parcial; em que há justiça. Que julga sem parcialidade; justo” (BORBA, 2004, p, 737), é o sujeito que “julga desapassionadamente; reto, justo. Que não sacrifica a sua opinião à própria conveniência, nem às de outrem” (FERREIRA, 2009, p. 1075).

Trazendo essa questão para a atuação do arquivista, Barros (2010) ao realizar uma análise do discurso em obras que foram e ainda são significativas para o desenvolvimento da teoria arquivística, observou que o autor inglês Hillary Jenkinson trazia em seus escritos a ideia do arquivista e do arquivo imparcial. O mesmo entendia os arquivos e os arquivistas como “objetivos e neutros, invisíveis e passivos” sendo o arquivista “um guardião dos documentos”.

Essa ideia não cabe mais para subsidiar a discussão teórica da arquivística atual, pois o documento já está sendo compreendido como uma construção que faz “parte de um processo científico e burocrático permeado por uma posição ideológico-histórica, consciente ou não”. Quanto ao arquivista atual, compreende-se que o processamento técnico adotado reflete um campo teórico e ideológico. (BARROS, 2010, p.16)

Ao realizar um estudo em códigos de ética do profissional arquivista, buscando valores relacionados as atividades de classificação e descrição Silva (2016) percebeu que a imparcialidade ainda está relacionada ao tratamento documental, e autores como Delmas (2010) e Bellotto (2014), enfatizam que a imparcialidade é um valor que guia o fazer profissional do arquivista, desde o tratamento documental ao atendimento ao usuário.

Em contrapartida, Gilliland (2011) apresenta em seu estudo questionamentos em relação a esse valor, pois ao mesmo tempo que compreendido como tolerante, sem ideologia e objetividade, a

imparcialidade também traz consigo a associação de despreendimento, desinteresse, o não engajamento, envolvimento, participação e intervenção. E essa ideia de que não há ideologia na imparcialidade pode ser perigosa para a área.

Percebe-se então, que ainda não existe um consenso sobre a imparcialidade em relação ao tratamento documental tanto na teoria quanto no discurso expresso nos códigos de ética.

### 3 CÓDIGOS DE ÉTICA PARA O ARQUIVISTA

A discussão da Ética no campo da Arquivística levanta alguns pontos de pesquisa, tais como a ética na formação profissional do arquivista, na constituição dos códigos, e nos dilemas éticos em que o profissional e/ou instituições arquivísticas enfrentam. (SILVA, GUIMARÃES, TOGNOLI, 2015; SILVA, 2016; SILVA, TOGNOLI, GUIMARÃES, 2017).

Os códigos de ética de uma profissão estão em sua maioria vinculados aos conselhos e associações profissionais. Nesse sentido, destaca-se aqui o estudo de Grange (2014), ao tratar sobre a necessidade de pesquisas voltadas às associações profissionais. O autor traz cinco questionamentos sobre essa questão, sendo eles:

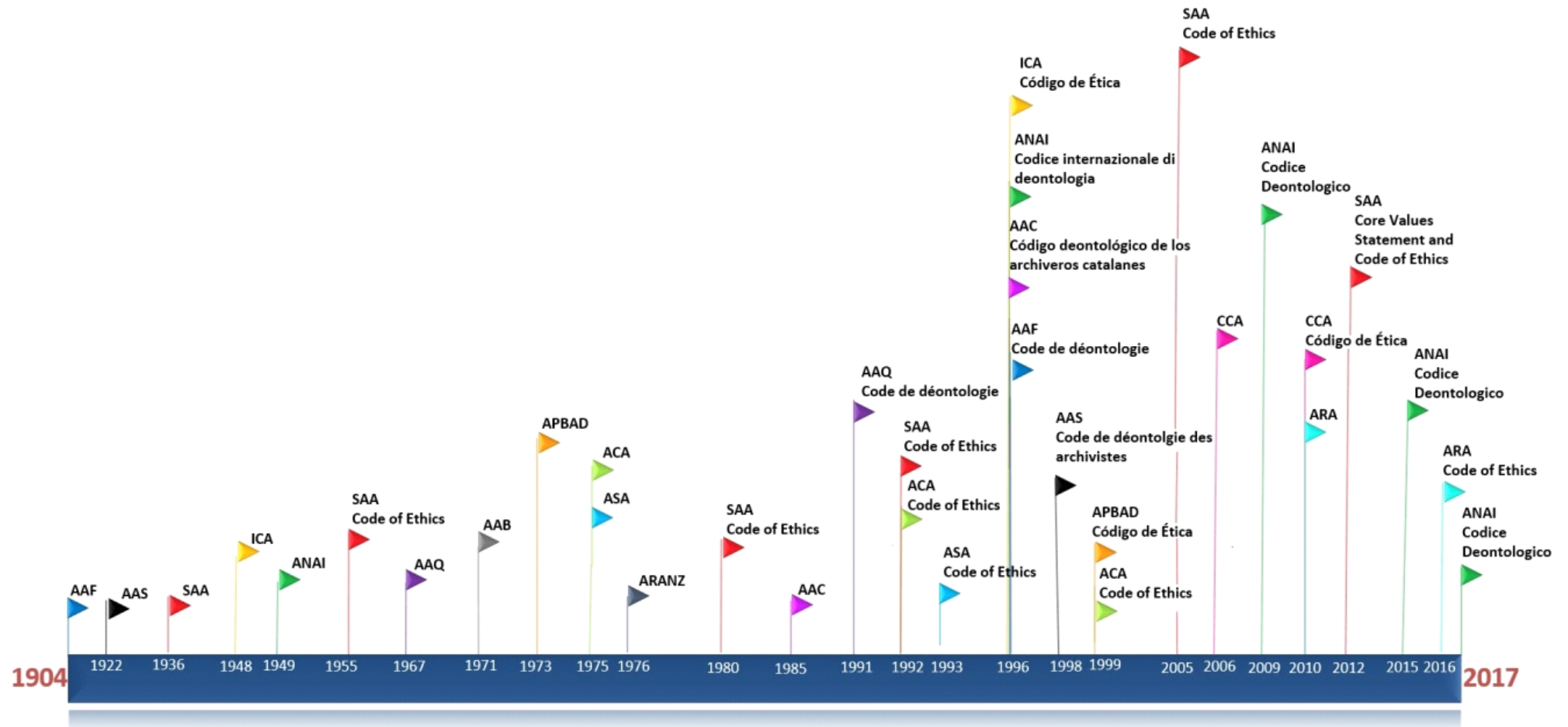
Quais são as dez associações de arquivistas mais antigas do mundo? Quais eram as dez associações com maior número de membros em 2012? Em quantos países era possível encontrar uma associação de arquivistas profissional em 2012? Quais são as associações dotadas de um código de deontologia, de um código de ética ou de um código de conduta? Qual é a porcentagem de estudantes de arquivologia entre os membros das associações? (GRANGE, 2014, p.120)

Grange (2014) apresenta considerações sobre as três primeiras questões, e incentiva a pesquisa das duas últimas.

Dando sequência a análise proposta no trabalho, podemos trazer alguns apontamentos sobre a terceira questão levantada pelo autor, sendo “Quais são as associações dotadas de um código de deontologia, de um código de ética ou de um código de conduta?”. Na figura a seguir, apresenta-se uma linha do tempo ilustrativa para tratar essa questão, referente ao corpus analisado nessa pesquisa.

Ao observar a linha do tempo (figura 1), nota-se que a primeira associação profissional do corpus analisado é de 1904, no entanto, anterior à criação da *Association des Archivistes Français* – AAF, no final do século XIX, precisamente em 1891, é instituída a primeira associação profissional de arquivistas no mundo, sendo ela a *Vereniging van Archivarissen in Nederland*, ou como conhecemos, a Associação dos Arquivistas Holandeses, que mudará de nome em 1991 para *Koninklijk Vereniging van Archivarissen in Nederland*.

Figura 01- Linha do tempo Associações e Códigos



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do software *PowerPoint TimeLine*

A Associação dos Arquivistas Holandeses, publica em 1898 o Manual de arranjo e descrição de arquivos, traduzido para 10 idiomas, que contribui ainda hoje para o pensamento Arquivístico.

Entre a AAF e a *Associationdes Archivistes Suisses* – AAS, apresentadas na linha do tempo, temos também a criação das seguintes associações: na Bélgica a *Association des Archivistes et Bibliothécaires Belges* (1907), na Hungria *Levéltárosok Országos Egyesülete* (1912), na Dinamarca a *Arkivforeningen* (1917), na Itália a *Associazione degli Archivistitaliani* (1919), que encerra suas atividades em 1921, na Bélgica a *Vlaamse Vereniging voor Bibliotheek, Archief en Documentatie* (1921). Dez anos depois da criação da AAS, no Reino Unido foi criada a *British Records Association* (GRANGE, 2014).

Assim, até a Primeira Guerra Mundial, tínhamos na Europa quatro associações profissionais, durante a guerra foi criada a associação na Dinamarca. Após a Primeira Guerra, foram criadas mais quatro associações na Europa e uma na América do Norte, sendo a *Society of American Archivists* (1936).

No final da década de quarenta, surge então em 1948 o *Internatinal Council on Archives* – ICA que tem como missão proteger e preservar os arquivos e conseqüentemente a memória do mundo. Dentre os seus objetivos, está o desenvolvimento do profissionalismo e estabelecer uma relação entre arquivistas de todo o mundo.

Em 1949, a Itália volta a ter uma associação profissional, sendo a *Associazione Nazionale Archivistica Italiana* – ANAI.

Entre o final da década de 1960 até o meio da década de 1980, foram criadas mais sete associações profissionais, sendo a *Associationdes Archivistesdu Québec* – AAQ, a Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, que findou suas atividades em 2015. A Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas – APBAD, a *Association of Canadian Archivists* – ACA, a *Australian Society of Archivists* – ASA, a *Archives and Records Association of New Zeland* – ARANZ, e a *Associació d' Arxivers de Catalunya* – ACA.

Assim, aumentou-se o número de associações na Europa e América do Norte, e foram criadas associações na América do Sul e na Oceania.

No que tange ao Brasil, além da AAB, que iniciou suas atividades na época em que o país se encontrava sob o regime militar, outras associações em âmbito regional, foram criadas no final da década de noventa e início dos anos dois mil, sendo elas: a Associação dos Arquivistas de São Paulo, a Associação Brasiliense de Arquivologia (1998), a Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (1999), a Associação dos Arquivistas da Bahia (2002) e a Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (2004).

Ainda sobre as associações que constam na linha do tempo, temos a criação do Colegio Colombiano de Archivistas – CCA (2006) e a *Archives & Records Association* – ARA (2010).



Pensando sobre o estudo de Grange (2014), observa-se que as associações profissionais podem ser compreendidas em três categorias, sendo elas: a) constituída somente por arquivistas, b) por arquivistas e historiadores, c) arquivistas, bibliotecários, museólogos e historiados, como é o caso da APBAD em Portugal. E ainda, podem ser divididas como “nacionais, regionais, locais, temáticas e internacionais” (GRANGE, 2014, p.126).

Não é de se estranhar essas possibilidades de associações profissionais, pois o desenvolvimento da teoria Arquivística está atrelada a historiografia, Biblioteconomia, Ciência da Informação e a Administração. (BARROS, 2014).

Quanto aos códigos de ética, a partir da década de 90, passam a ganhar espaço no cenário profissional do arquivista.

Anterior a esse período, tem-se os documentos de 1955 e 1980, elaborados pela SAA. Ressalta-se que para a análise foi considerado apenas o último documento elaborado pela associação em 2012.

Nesse sentido, os documentos foram analisados, e buscou-se a presença do termo imparcial / imparcialidade, como demonstra em ordem cronológica o quadro a seguir:

**Quadro 01-** Documento e incidência do termo imparcial/imparcialidade

Ano	Documento	Imparcial/ Imparcialidade
-	Princípios éticos - AAB	2
-	CodeofEthics - ARANZ	0
1991	Code de déontologie – AAQ	1
1993	CodeofEthics - ASA	0
1996	Código de Ética - ICA	6
	Code de déontologie - AAF	6
	Código deontológico de losarchiveroscatalanes – AAC	1
1998	Code de déontologie des archivistes – AAS	6
1999	CodeofEthics - ACA	0
	Código de Ética - APBAD	1
2010	Código de Ética - CCA	7
2012	Core Values Statement and Code of Ethics – SAA	1
2016	CodeofEthics – ARA	6
2017	Codicedeontologico - ANAI	5

**Fonte:** elaborado pelos autores

O documento do ICA de 1996 tem muita influência na reprodução do discurso da imparcialidade na comunidade arquivística, pois ele foi traduzido para 24 idiomas. Nesse sentido, algumas associações utilizam o documento de forma integral, como o caso da AAF, AAS, CCA. A ARA usa o documento, porém realiza algumas mudanças, já a AAC, baseia-se no documento do ICA, mas em nenhum momento utiliza trechos completos do documento. Isso demonstra que são poucas as associações que se apoiaram no documento e adaptaram a sua realidade local.

A partir do quadro observa-se que em alguns casos, como os documentos da ARANZ, ASA e ACA, a palavra imparcial ou imparcialidade não aparece de maneira explícita, no entanto, ao realizar a leitura do documento, observa-se que o discurso da imparcialidade aparece de outra forma, por meio do “*balancingtherightsandinterests*”, ou pela ideia da “*equitably*”.

Nesse sentido todos os documentos de alguma forma trazem consigo o discurso da imparcialidade do arquivista. Essa imparcialidade discursada nos códigos pode ser compreendida em alguns polos, sendo eles:

- a) arquivista imparcial;
- b) imparcialidade no tratamento documental;
- c) imparcialidade em relação ao usuário, ao seu empregador, aos doadores ou proprietários dos documentos, e demais pessoas que estejam diretamente envolvidas com o seu trabalho.

O arquivista imparcial remete a ideia de que o profissional deve orientar sua atuação no valor da imparcialidade, e isso se desdobra no tratamento documental e nas relações que ele mantém com as demais pessoas envolvidas no seu trabalho.

O discurso da imparcialidade nos códigos de ética se aproxima da segunda definição tratada por Ogien (2007), principalmente em relação ao usuário dos documentos de arquivo.

Observa-se então, que apesar da teoria Arquivística estar sofrendo mudanças consideráveis no que tange a compreensão de que a produção do documento não é estática ou neutra, e que o arquivista é sim responsável pela avaliação, organização, representação e acesso aos documentos, ainda apresenta em seus códigos de ética o valor da imparcialidade.

Ressalta-se então, que a compreensão desse valor pela comunidade arquivística precisa de mais reflexões, bem como a necessidade da atualização dos códigos de ética, pois os valores podem e/ou acabam sendo modificados pela sociedade e pela categoria profissional.

#### **4 CONCLUSÃO**

A Arquivística precisa caminhar na discussão da ética e das associações profissionais. São essas associações que contribuíram para a discussão teórica e o aparecimento de cursos superiores em Arquivologia e o reconhecimento do profissional na sociedade.

No caso da ética profissional, ainda há muito que ser feito. Os Arquivistas precisam se debruçar sobre essa questão e aprofundar a discussão filosófica quanto aos valores inerentes à atuação profissional, que também estão sujeitos às legislações vigentes em seus respectivos países.

Observou-se que o discurso da imparcialidade não é algo novo, mas vem sendo retomado pela comunidade profissional em diversos países. Na teoria, Jenkinson, tratou o arquivista como um guardião imparcial, que não poderia interferir no arquivo, e hoje os códigos de ética trazem que a

imparcialidade perpassa pelo arquivista, sua relação com o usuário e demais pessoas ligadas à sua atuação profissional, bem como a seleção documental, mas essa última não se encontra bem explicada nos documentos, bem como na teoria, sendo passível de dúvidas.

Assim, os estudos quanto a essa imparcialidade do profissional frente ao documento precisa ser verificada, pois há discussões teóricas sobre a impossibilidade de o profissional ser imparcial ao realizar atividades de organização e representação documental. (OLSON, 2002, SILVA, 2016).

Outra questão que pode ser observada é quanto ao nome dos documentos, sendo alguns códigos de ética e outros códigos de deontologia, pois há necessidade de esclarecer o que são códigos de ética, códigos de deontologia e de conduta, para a profissão.

Ressalta-se aqui, que o método de análise do discurso pode contribuir e muito para a arquivística, pois, ele ajuda a compreender como o discurso se movimenta na teoria da área e na prática profissional, de acordo com o tempo, espaço e ideologia (BARROS, 2010, 2014).

## REFERÊNCIAS

AAB. Associação dos Arquivistas Brasileiros. **Princípios Éticos**. 2017. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A14D056C05014D060F63606406>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

AAF. Associaion des Archivistes Français. **Code de déontologie**. 06 set. 1996. Disponível em: <<http://www.archivistes.org/Code-de-deontologie>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

AAQ. Association des archivistes du Québec. **Code de déontologie**. 2017. Disponível em: <[https://archivistes.qc.ca/wp-content/uploads/2016/11/CodeDeontologie\\_2016.pdf](https://archivistes.qc.ca/wp-content/uploads/2016/11/CodeDeontologie_2016.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2017.

AAS. Associazione des archivistes suisses. **Code de déontologie des archivistes**. 1999. Disponível em: <<http://vsa-aas.ch/wp-content/uploads/2015/03/Dokument-Kodex-ethischer-Grundsätze-VSA-Publikation-d2cf2ci2ce.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

ACA. Association of Canadian Archivists. **Code of Ethics**. 2017. Disponível em: <[https://archivists.ca/sites/default/files/pdfs/about\\_aca/59%20-%20Ethics%20committee.pdf](https://archivists.ca/sites/default/files/pdfs/about_aca/59%20-%20Ethics%20committee.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2017.

ANAI. Associazione Nazionale Archivistica Italiana. **Codice deontológico**. 1 abr. 2017. Disponível em: <[http://www.anai.org/anai-cms/cms.view?munu\\_str=0\\_0\\_5&numDoc=14](http://www.anai.org/anai-cms/cms.view?munu_str=0_0_5&numDoc=14)>. Acesso em: 24 jul. 2017.

APBAD. Associação Portuguesa de bibliotecários, arquivistas e documentalistas. **Código de ética**. Disponível em: <[http://www.apbad.pt/Downloads/codigo\\_etica.pdf](http://www.apbad.pt/Downloads/codigo_etica.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2017.

ARA. Archives & Records Association. **Code of Ethics**. Disponível em: [http://www.archives.org.uk/images/ARA\\_Board/ARA\\_Code\\_of\\_Ethics\\_final\\_2016.pdf](http://www.archives.org.uk/images/ARA_Board/ARA_Code_of_Ethics_final_2016.pdf). Acesso em: 24 jul. 2016.

ARANZ. Archives and Records Association of New Zeland. **Code of Ethics**. Maio 2016. Disponível em: <[https://www.aranz.org.nz/Site/about\\_ARANZ/code\\_of\\_ethics.aspx](https://www.aranz.org.nz/Site/about_ARANZ/code_of_ethics.aspx)>. Acesso em: 24 jul. 2017.

ASA. Australian Society of Archivists. **Code of Ethics**. 2017. Disponível em: <<https://www.archivists.org.au/about-us/code-of-ethics>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

AAC. ASSOCIACIÓ D'ARXIVERS DE CATALUNYA. **Código deontológico de los archiveros catalães**. 2017. Disponível em: <[http://www.concernedhistorians.org/content\\_files/file/et/144.pdf](http://www.concernedhistorians.org/content_files/file/et/144.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2017.

BARROS, T.H.B. **Construção Discursiva em Arquivística**: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de Classificação e Descrição. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

BARROS, T. H. B. **A Representação Arquivística**: uma análise do discurso teórico e institucional a partir dos contextos espanhol, canadense e brasileiro. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – Unesp, Marília, 2014.

BELLOTTO, H.L. Qualificação profissional e o código de ética do arquivista. In: \_\_\_\_\_. **Arquivo, estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.268-277, 2014.

BLACKBURN, S. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BORAB, F. da S. (Org.) **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2004.

CCA. Colegio Colombiano de Archivistas. **Del Código Deontológico o Código de ética para el ejercicio de la profesión de archivística**. 2017. Disponível em: <<http://ccarchivistas.co/nosotros/codigo-etica/>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

FEREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

GUIMARÃES, J.A.C. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento: uma reflexão preliminar. In: GÓMEZ, M.N.G. de; ORRICO, E.G.D. (Org.). **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Natal [RN]: EDUFRN, 2006.

GILLILAND, A. Neutrality, social justice and the obligations of archival education and educators in the twenty-first century. **Archival Science**, Springer, Suíça, v.11, p.193-209, 2011.

GRANGE, Didier. O valor da diversidade: uma introdução às associações profissionais do mundo. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.27, n.2, p.118-134, jul./dez., 2014. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/444>>

GREGOLIN, M. do R. V. **Análise do Discurso**: conceitos e aplicações. Alfa, São Paulo, 39, p.13-21, 1995.

GREGOLIN, M. do R. Os vértices (as)simétricos de um triângulo: Foucault/ Althusser/ Pêcheux. In: \_\_\_\_\_. Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

ICA. International Council on Archives. **Código de Ética**. set. 1996. Disponível em: <[http://www.ica.org/sites/default/files/ICA\\_1996-09-06\\_code%20of%20ethics\\_PT.pdf](http://www.ica.org/sites/default/files/ICA_1996-09-06_code%20of%20ethics_PT.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2017.

JAPIASSÚ, H; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MARCHIONNI, A. **Ética: a arte do bom**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MILANI, S. O. **Estudos éticos em representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras**. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

MILANI, S.O. **Bias na Representação de Assunto: Uma Discussão de Oposições Binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)**, 2014. 134f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

OGIEN, R. Imparcialidade. In: CANTO-SPERBER, M. (Org.). **Dicionário de ética e filosofia moral**. São Leopoldo - RS: Coleção Idéias., p.788 – 794, 2007.

OLSON, H. **The Power to Name: Locat-ing the limits of Subject Representation in Libraries**. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni Pucenelli Orlandi. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento: em busca do diálogo (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006**.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras**, 2010. 149 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

REGO, L. M. et al. Aspectos éticos na organização do conhecimento na prática profissional arquivística: um estudo dos princípios de ética da AAB, CIA e SAA. **Scire**, Zaragoza, Espanha, v.20, n.02, p.37-42, 2014. Disponível em: <<https://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4149>>

SÁ, A.L. de. **Ética Profissional**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SAA. Society of American Archivists. **Core Values Statement and Code of Ethics**. Maio 2011. Disponível em: <<https://www2.archivists.org/statements/saa-core-values-statement-and-code-of-ethics>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

SAA. Society of American Archivists. **Code of Ethics for Archivists**. 05 fev. 2005. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20110725013613/http://www2.archivists.org/code-of-ethics>>.

SILVA, A. P. da. **Aspectos éticos em organização da informação**: um estudo em códigos de ética do profissional arquivista. (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Marília, 2016.

SILVA, A. P. da; TOGNOLI, N. B.; GUIMARÃES, J. A. C. Os valores éticos na organização e representação do conhecimento arquivístico. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**, Marília, SP, v.11, n. 01, p. 44-53, 2017.

SILVA, A.P. da; GUIMARÃES, J. A. C.; TOGNOLI, N. B. Ethical Values in Archival Arrangement and Description: An Analysis of Professional Codes of Ethics. **Knowledge Organization**, ISKO, v.42, n.05, p.346-352, 2015.

#### ***THE IMPARTIALITY DISCOURSE IN ARCHIVIST'S CODE OF ETHICS***

**Abstract:** *The discussion of the ethics and values in archivist's codes of ethics needs be studied continuously. In this sense, we sought to understand the discourse of impartiality, understood here as a value has being sharing in the codes of ethics. Thus, a discourse analysis was carried out on documents from Australia, Brazil, Canada, Colombia, Spain, United States, France, Italy, New Zealand, Portugal, United Kingdom and Switzerland. The impartiality of the documents analysed is sometimes explicit and sometimes implicit; however, both demonstrate that this value is passed by the archivist, his relationship with the user and other persons related to his professional performance, as well as in the selection and in the documentary treatment.*

**Keywords:** *Archival Science. Code of Ethics. Impartiality.*

*Originals recebidos em: 10/04/2018*

*Aceito para publicação em: 10/09/2018*

*Publicado em: 20/10/2018*